

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE- FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EPPIR – CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE
IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA

ANDREA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA

A PRÁTICA DOCENTE NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

BELO HORIZONTE – 2016

ANDREA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA

A PRÁTICA DOCENTE NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Francisco André Silva Martins

ANDRÉA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA

A PRÁTICA DOCENTE NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Francisco André Silva Martins

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Francisco André Silva Martins – Orientador

“O preconceito é um fardo que confunde o passado, ameaça o futuro e torna o presente inacessível”.

Maya Angelou

RESUMO

O presente trabalho é fruto das experiências vivenciadas na prática docente durante o - Curso de Especialização em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola – iniciado em agosto de 2014, que teve como público alvo professores da rede pública de educação básica da região Metropolitana de Belo Horizonte. O referido curso foi integralmente financiado pelos recursos do Ministério da Educação, com o objetivo de possibilitar formação continuada de professores da Educação Básica, na perspectiva da promoção da igualdade racial, contribuindo para a construção de políticas pedagógicas de enfrentamento das discriminações e desigualdades étnico-raciais no Brasil e, em especial no contexto escolar. Nesta análise crítica foram relatadas as impressões das experiências vividas a partir da visão de uma professora da educação básica, que levou para a sua prática pedagógica, através de profícuo diálogo com as discussões teóricas proporcionadas pelo curso, novas maneiras de agir, abrindo para novas possibilidades de reflexões sobre o racismo e as discriminações raciais no cotidiano escolar, pensando na perspectiva da promoção da igualdade racial e no combate à discriminação. Com uma mudança de postura do docente, consegue-se discutir a existência do preconceito racial e até buscar estratégias de promoção da igualdade racial na escola. Espera-se com este trabalho contribuir com as discussões acerca da construção de uma escola menos desigual, que possibilite a todos a convivência respeitosa baseada no respeito, na valorização de todos independente do pertencimento racial.

Palavras chaves: Formação, prática pedagógica, preconceito racial, promoção da igualdade racial.

ABSTRACT

This work is the result of life experiences in teaching practice during - Specialization in Racial Equality Promotion Policies School - started in August 2014, which had as target public school teachers of basic education Belo Metropolitan region Horizon. This course was fully financed by funds from the Ministry of Education, in order to enable continued training of teachers of basic education in the perspective of promoting racial equality, contributing to the construction of educational policies to face discrimination and ethnic-racial inequalities in Brazil and in particular in the school context. In this critical analysis experience of the impressions were reported experienced from the perspective of a teacher of basic education, which led to their practice, through fruitful dialogue with the theoretical discussions provided by the course, new ways of doing things, opening to new possibilities reflections on racism and racial discrimination in everyday school life, thinking from the perspective of promoting racial equality and combating discrimination. With a change in the teaching posture is achieved discuss the existence of racial prejudice and to seek strategies for promoting racial equality at school. It is hoped that this work contribute to the discussions about the construction of a more equitable school, which will enable all the respectful coexistence based on respect, appreciation of all irrespective of racial origin.

Key words: training, teaching practice, racial prejudice, racial equality.

SUMÁRIO

1 - Considerações Iniciais.....	06
2 - Questões em torno da prática docente e a promoção da igualdade racial	11
3 - Relato de Experiências	12
3.1 - As primeiras impressões	12
3.2 -Transformando a prática pedagógica	15
3.3 - Valorizando a estética negra.....	17
3.4 - O racismo revelado	20
3.5 - Reconhecendo a Lei 10.639/03	21
3.6 - Projeto Africanidades	23
4 - Análise Crítica sobre o Relato de Experiências.....	28
5 - Considerações Finais	37
6 - Referências Bibliográficas	38

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nasci numa periferia da cidade de Belo Horizonte e desde muito cedo percebi as grandes desigualdades sociais da nossa sociedade. Filha e neta de afrodescendentes, foi educada com muito rigor e fui protagonista de muitas situações nas quais hoje tenho certeza, ter sido vítima de uma sociedade racista e desigual. Cursei uma educação básica também na periferia e vivia num mundo de poucas possibilidades. Meus pais não tiveram oportunidade de estudar, mas eu, sonhava com o curso superior. Na verdade, naquela época, ainda não compreendia o que me separava do mundo da universidade, do conforto, dos bairros chiques, das idas ao shopping. Não compreendia ainda que a exclusão socioeconômica a que está submetida a população negra produz perversas consequências segundo nos fala Jaccoud e Beghin. (2002, p.33).

Enquanto estudante naquele momento da vida, minha única certeza é que quando terminasse aquela fase de escolarização, eu iria ganhar o mercado de trabalho mesmo sem especializar minha mão de obra, com salário não muito atrativo.

Mesmo assim fui aprendendo a importância do respeito mútuo, da solidariedade e da justiça social acima de tudo. Depois de iniciar no mercado de trabalho, aproveitei uma oportunidade que a vida me dava, pois era funcionária de um cursinho preparatório pré-vestibular e resolvi estudar para ser professora.

Formada como licenciada em História pela Uni-BH – Centro Universitário de Belo Horizonte, exercendo a profissão me preocupei em ser ética, em valorizar meus alunos, aprendi a ser observadora, sempre estive disposta a aproveitar as oportunidades de formação continuada, na certeza de que esta era a melhor maneira de repensar a minha prática e sem dúvida me relacionar melhor com o mundo e a sociedade na qual estava inserida. Sempre acreditando na construção de um mundo melhor e mais justo.

O curso de licenciatura em história foi muito importante na minha caminhada. Ele me ajudou a construir um olhar mais analítico da sociedade, a ter uma noção do todo, e acima de tudo a reconhecer que tudo é processo e nestas construções sociais, políticas, econômicas, há sempre rupturas e permanências.

Contudo, o curso de licenciatura não me proporcionou conhecer a sociedade brasileira com mais transparência e especificidade, principalmente no que diz respeito à história da África e dos afrodescendentes. Sentia falta de entender melhor nossas desigualdades, as condições históricas que envolvia nosso povo, temas que os livros que eu tinha lido, até então, não tinham

me mostrado. Havia uma lacuna, ou melhor, várias lacunas e perguntas sem respostas. Na minha visão de professora, sempre acreditei na importância da formação acadêmica, para além da graduação. Mas a rotina e a complexidade da vida familiar, me afastaram da academia e com os cursos de formação continuada, de curta carga horária, oferecidos pelas secretarias de educação às quais me vinculei profissionalmente, fui me aproximando da temática das relações étnico-raciais e assim tentando sanar algumas das questões que me intrigavam e aprimorar minha prática docente.

As condições sociais que vivi desde a infância e as que passei a conviver com a profissão, na periferia, me inquietavam e me moviam. Assim, me interessava em fazer cursos que trouxessem novas reflexões e proporcionasse novos recomeços. Formações que acima de tudo viessem também ao encontro aos meus questionamentos e que tivessem por objetivo aprofundar na história do nosso povo brasileiro.

A Lei 10.639/03 foi promulgada e começou a chegar nas escolas públicas da educação básica, várias oportunidades de formação com a temática relações étnico-racial, ofertadas para os profissionais da educação. Já nos primeiros cursos oferecidos a minha expectativa por maiores conhecimentos e aperfeiçoamento da prática foram meus maiores incentivos.

Nesta trajetória realizei então alguns cursos de formação na temática até que em agosto de 2014, fui aceita como aluna do Curso Especialização em Políticas Promoção da Igualdade Racial na Escola pela Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fiquei empolgada desde já.

Desde que iniciei o curso o meu interesse se multiplicou. Percebi o envolvimento da equipe pedagógica e o nível elevado dos professores e tutores e tive a certeza de que ele acrescentaria bastante na minha visão de mundo, de pessoa, de profissional.

O tema apesar de recorrente no meio educacional, era pouco discutido no chão da escola. Na prática o que percebo, principalmente nas escolas em que trabalho, é que são sempre os mesmos professores que são interessados em curso de formação na temática e que há pouco conhecimento no que diz respeito às relações étnico-raciais e também sobre a Lei 10.639/03. Os trabalhos neste sentido, são esporádicos e não é feito nenhum momento coletivo de formação específico para se discutir o assunto com os docentes. Na realidade acredito que poucos professores estão preparados para trabalhar com seus alunos este tema. Muitos colegas levam dentro de si muitos preconceitos relacionados ao negro e sua cultura, o que é comum, levando em consideração a construção social, política e cultural que se deu neste aspecto. Então estudar

e discutir as relações étnico-raciais significava quebrar velhos paradigmas e desenvolver novos olhares, novas perspectivas sobre a vida e sobre as pessoas. Trazer para o meu cotidiano novas possibilidades.

Também queria compreender melhor tudo o que vivíamos nesta sociedade tão paradoxal e enigmática. Não conseguia compreender como víamos com tanta naturalidade as desigualdades entre brancos e negros e porque o racismo era tão negado, apesar de exemplos vivos que o denunciavam. Queria entender melhor essa coisa de sermos “todos iguais”, mas com possibilidades diferentes. E as situações gritantes de desigualdades nas quais negros ocupavam sempre lugares subalternos e de menos prestígio na sociedade. Porque estas situações não eram visibilizadas e questionadas pela sociedade brasileira?

Era muito para a minha cabeça. Mas eu estava vibrando de ansiedade por começar a dialogar com tudo aquilo que me inquietava, há muito tempo. Iniciar o curso foi tudo isto para mim. Queria muito poder reelaborar novos conceitos, compreendê-los e contribuir para uma sociedade mais justa. Não demorou muito e minhas expectativas começaram a ser correspondidas.

A temática sempre foi muito especial para mim, por se tratar da minha própria história de vida e dos meus antepassados. Sendo neta e filha de negros, sentia na pele os desdobramentos dos preconceitos raciais. Queria compreender porque senti necessidade de me descaracterizar. Alisar cabelo, por exemplo. Porque não conseguia me achar bonita com os cabelos crespos?

Confesso que já nos primeiros encontros presenciais, eu me encantei com as pessoas negras que via. Não estavam descaracterizadas. Elas eram diferentes da maioria que tinha visto até então. Havia nelas um ar de pertencimento, de aceitação que me envolvia. No começo eu cheguei até a sentir vergonha do meu cabelo de progressiva, depois foram surgindo novas ideias e novos entendimentos e esse sentimento deu lugar a outros.

Mas a minha descaracterização foi fruto da negação da minha negritude, como nos revela Souza (1983) quando diz que pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Eu como toda criança afrodescendente dos anos 70, era vítima do preconceito racial. O preconceito se traduz na construção de uma ideia negativa sobre alguém produzida a partir de uma comparação realizada com o padrão que é próprio àquele que julga como nos diz Jaccoud e Beghin (2002, p.34).

As minhas características físicas típicas: pele morena, cabelos crespos, nariz grande, sempre me incomodaram. Mas me incomodavam porque na escola era preterida e isto me fazia sentir feia. Logo que tomei consciência disto, tentei transformar o que podia, para me sentir melhor e mais aceita no meu círculo social. O lugar que eu ocupava era um lugar desconfortável e ruim. Não era o lugar do direito, do pertencimento e das possibilidades. E olha que isto era piorado pelo fato de eu ser pobre.

Então, de repente, eu ali vendo aquelas negras bonitas, naturais com todo o seu glamour e legitimidade, foi sem dúvida um prato cheio para os meus pensamentos e ideias conflitantes. A partir daquele momento lancei novo olhar sobre o negro brasileiro. Eu tinha uma certeza, precisava ir para “aquele lugar”. Aliás, minha vontade foi de levar para aquele lugar do pertencimento, do respeito, da beleza, da aceitação, todos os meus iguais. Homens, mulheres, crianças, de periferia ou não, mas que compartilhasse comigo aquele sentimento ruim de não ser igual e de ser inferior.

No decorrer das leituras, dos estudos realizados minha identidade foi se consolidando. De repente percebi que devia me orgulhar de ter chegado onde cheguei numa sociedade construída política e historicamente com discriminações. Assumi a minha negritude. Esta ia ser a minha postura daí para frente.

E foi este o lugar que o curso me levou. O lugar do conhecimento e das descobertas. Com o curso de especialização em políticas de promoção da igualdade racial na escola, eu fui me encontrando e, sem dúvida, melhorando muito a minha prática pedagógica. Consolidou-se a construção da minha identidade. Eu passei a me ver de uma outra maneira e a ver os meus iguais com mais possibilidade e respeito.

Em contrapartida, meus preconceitos foram ficando evidentes e não tive saída. Reelaborar algumas falas, alguns pensamentos e ações foi imprescindível. Tive que conviver com sentimentos conflituosos e reconhecer meu preconceito.

Depois dessas mudanças e das várias reflexões, acredito que o saldo foi positivo e um sentimento de poder me preencheu. Hoje tenho atitudes que antes não tinha. Sempre que há necessidade, paro a aula para fazer intervenções positivas, com intuito de não permitir as discriminações racistas. Outras vezes me manifesto a favor da laicidade da escola, que muitas vezes privilegia uma única religião. São posturas advindas do reconhecimento da importância de se respeitar a diversidade e combater ações discriminatórias.

Me reconhecendo negra, um pertencimento que jamais eu tinha sentido antes, tomou conta do meu ser. Quando esta transformação ocorre dentro das pessoas é um mundo de novas possibilidades que se abre. A necessidade de renovação é imediata e daí você começa a enxergar várias coisas que até então não via. Daquele momento para frente, o silêncio, o não se manifestar, o deixar para lá certas situações fica impossível. É um verdadeiro renascer, um começar de novo, de forma diferente e revigorada.

Ao fazer a análise crítica da minha prática pedagógica procurei focar nas mudanças de posturas, ideias, concepções de vida e de sociedade, proporcionadas pelo curso de formação e que foram cruciais para uma prática mais inclusiva e menos discriminatória. Preocupe-me em mostrar como o conhecimento adquirido foi importante para que eu pudesse lançar novos olhares sobre a sociedade, meus alunos, minha vida. Então comecei um trabalho árduo com este propósito e aliei-o ao estudo da história e da geografia dos africanos e dos afrodescendentes.

2 – QUESTÕES EM TORNO DA PRÁTICA DOCENTE E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Renovar é uma necessidade quase que vital para a profissão docente. Não é possível melhorar a prática pedagógica sem que haja constantemente mudanças, seja na maneira de pensar e no próprio fazer cotidiano. E são os momentos de formação continuada excelentes oportunidades para deixar de lado a preguiça e arregaçar as mangas. Só que infelizmente discutir este assunto na escola é sempre um transtorno e gera polêmicas entre os próprios docentes.

Digo isto, pelo fato que quando é oferecida a formação, naturalmente precisamos utilizar o tempo pedagógico para fazê-la. Um tempo que seria destinado ao planejamento cotidiano. Isto acaba sendo um problema, uma vez que ocupado o tempo de planejar atividades, provas e fazer correções, acabamos não dando conta de resolver tudo, gerando uma ansiedade extra para o professor.

Alguns gestores também não veem com bons olhos a saída do docente para a formação, uma vez que dependendo da organização da grade de horário o aluno fica sem a aula daquele professor naquele dia. Enfim, são várias questões que envolvem a formação continuada. O próprio poder público não valoriza a formação, quando não cria bases legais e seguras para que os gestores executem estes programas de formação com eficiência e qualidade. Quando falo de mudanças na prática pedagógica, digo das relações também que estabelecemos com nossos colegas professores, com nossos alunos, com toda a equipe escolar e com a sociedade de maneira geral.

Manter uma postura mais aberta a novas ideias e reflexões é essencial para que se melhore a prática docente. Quem somos, como pensamos e agimos? Isto vai definir que caminhos percorreremos, que escolhas faremos na lida diária. As descobertas que fazemos, nos processos de formações ajudam-nos a quebrar paradigmas com relação a nós mesmos, sobre nossa identidade, eliminando verdades calcificadas, assim contribuindo para o sucesso do que nos propusermos a fazer enquanto professores.

A disponibilidade para se formar, para aprender e refletir sobre sua vida e seu trabalho são de extrema importância para os professores, e isto vai fazer toda a diferença. Sempre acreditei na construção do pensamento enquanto mecanismo de transformação e melhora da

prática pedagógica. Não podemos simplesmente repetir sistematicamente o jeito de fazer, agarrados em pensamentos que julgamos ser únicos e certos. As certezas precisam dar lugar aos questionamentos, às dúvidas e reflexões. E pensar a prática pedagógica é sem dúvida isto: dar espaço para o novo e assim estar ocupando um lugar especial evitando ser vítima de repetitivos erros. Quando o profissional da educação se coloca à disposição para refletir e estudar uma temática, está abrindo caminho para que novas ideias surjam e com elas novas ações.

Também é oportunidade de rever preconceitos, reconsiderar fatos e histórias. É momento de trocar experiências. Muito pode ser acrescentado na prática docente a partir destes momentos de formação. Por mais experiência que tenha o professor, ele precisa estar atento, pois o seu fazer pode estar viciado e sua prática descolada da realidade, produzindo com menor eficiência. Sempre que se aproveita uma oportunidade de formação, se dispõe também a enfrentar algo de novo, nossos pensamentos que virão, abrindo espaço para novos acontecimentos e novas perspectivas.

Repensar e refazer as práticas docentes é sem dúvida transformar para melhor as expectativas e os resultados. É percorrer caminhos antes não percorridos e se desfazer dos preconceitos. É dar movimento ao fazer, problematizar o que se vê o que se faz. Sair da zona de conforto e descobrir o que há por trás da “cortina”. Muitas vezes, trazemos muitos conceitos e preconceitos equivocados, muitas ideias retrógradas e vivemos como se aquela fosse a única verdade possível. Diariamente nos deparamos com situações e falas de colegas professores que agem assim. Não é dado espaço muitas vezes para a renovação. O discurso se repete de maneira pouco otimista com relação à educação e seus processos. Mas renovar é preciso.

Neste sentido, reafirmo a necessidade e a importância da formação continuada para o professor. Construir melhores práticas e melhores resultados educacionais no nosso país depende disto.

3 – RELATO DE EXPERIÊNCIAS

3.1 As primeiras impressões

Logo que iniciei o curso uma abordagem me chamou a atenção. A afirmativa de que discutir o racismo era complexo e controverso. Pensei, porque? Se ele existe e está presente em vários aspectos na sociedade. Porque é complexo discuti-lo?

A resposta não demorou a vir nas leituras e percebi que há uma grande negação do racismo no Brasil, e que algumas estratégias foram criadas culturalmente para que o racismo passasse despercebido na sociedade. Esta negação foi sutilmente sendo construída pelo Estado brasileiro como nos diz a professora Lilian Gomes:

O Estado passa a se apropriar de elementos simbólicos que, até então, tinham um caráter mais africano e de repulsa, e os introduz como símbolos de “nossa gente”. Por exemplo, a feijoada sai da senzala e se converte em um prato nacional; a capoeira, que havia sido incluída como um crime no Código Penal de 1890 é oficializada como modalidade esportiva nacional; o dia 30 de maio passou a ser chamado como o dia da Raça e o samba deixou de ser “dança de preto” para a exaltação como “canção brasileira para exportação”. Esses são alguns exemplos de como o Estado contribuiu para a exaltação da mestiçagem passando a valorizar os elementos de exaltação da contribuição negra na cultura. (Lilian C. B. Gomes -Texto 4 – Módulo II – Estado, Sociedade e a produção das desigualdades raciais. 2015)

Dessa maneira, os elementos introduzidos culturalmente de forma positiva, tiveram o objetivo de construir a aceitação da miscigenação brasileira e gerar um sentimento unânime entre os brasileiros. Dessa forma se construiu a negação do racismo. Assim apesar de estar presente nas relações sociais estabelecidas na sociedade, ele é veementemente negado por grande parcela da população. E isto tem haver também com a imagem que é vendida do povo brasileiro que realça a mestiçagem colocando-a como algo muito positivo e que nos une, como nos diz a professora Laborne:

O Brasil é representado internacionalmente como o país da miscigenação, sugerido como um lugar onde foi possível a convivência harmoniosa e pacífica entre negros, brancos e índios. Será mesmo? (Ana Amélia de Paula Laborne -Texto Base - Módulo I - Racismo e antirracismo.2015)

Portanto, minhas descobertas começaram já no primeiro módulo do curso. E na prática docente fui tentando comprovar esta afirmativa e fui instigando e questionando meus alunos sobre o tema. Aliás não só em sala de aula, fiz isto com os colegas professores, em casa com a família, nas conversas informais com amigos. Às vezes meu questionamento incomodava as pessoas. Diziam: -“ porque você quer falar sobre isto? Não há racismo, as pessoas convivem bem”. Mas sentia que deveria mostrar o contrário e aproveitar as oportunidades para quebrar o gelo e inquietar as pessoas, deixando-as reflexivas.

Certo dia, entrei em sala de aula e percebi que tinha uma aluna nova. Esta turma tinha uma característica importante, eram receptivos e carinhosos uns com outros. Logo vieram me falar da aluna nova. Ela era uma menina negra e um pouco gordinha. Perguntei a eles se já tinha dado às boas vindas à colega, perguntei o nome dela e como de costume, perguntei de qual escola ela vinha. A menina respondeu prontamente, disse o seu nome e que tinha saído da outra escola, porque tinha sofrido preconceito. Fiquei curiosa e perguntei: -“como assim? O que aconteceu, se você puder nos contar “? Completei. A aluna deu um depoimento um pouco confuso, mas que tinha como teor os preconceitos sofridos por ela pelo fato de ser do candomblé. Aproveitei a oportunidade e pedi a ela que nos relatasse em poucas palavras como era a cerimônia na sua religião, quais eram os rituais, enfim, pedi que dissesse o que acontecia. Foi um momento interessante, os alunos ficaram quietos ouvindo, não ouvi nenhuma manifestação de repúdio e desrespeito. Na ocasião falei com a turma sobre a diversidade e a importância de respeitarmos todos independente de sua crença, suas características físicas, etc.

Passei a perceber que falar de racismo no Brasil era incomodar, sair do trivial. E fui refletindo através das leituras propostas e das aulas que apesar da negação, tínhamos que insistir e mostrar que havia racismo sim. Percebi também que o assunto precisava ser colocado na mesa de discussão, pois pelo fato de ser inexistente, não havia debate e questionamentos. Então afirmando a existência, atijando este debate e aceitando como verdadeiro o fato, estávamos possibilitando um novo recomeço e, com este, novos pensamentos e novas posturas, contribuindo para a quebra de preconceitos e discriminações.

Na verdade, nos últimos anos, percebe-se que o assunto tem aparecido mais na mídia. Mas e a sala de aula? A promulgação da Lei 10.639/03 não foi o suficiente para que a temática ganhasse amplitude na realidade escolar a nível nacional. Nas escolas pouco se discute e se faz para a implementação efetiva dela. Prevista com objetivo de levar aos alunos os conhecimentos acerca da história da África e dos afrodescendentes, a lei ainda está mais no debate que no cotidiano escolar. Na prática a divulgação e explicação a todos os docentes sobre a lei, ainda não foi feita. Se é uma lei que veio mudar a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, deveria ser amplamente divulgada e explicitada a todos os docentes, por meio de formação específica e incondicional, para que houvesse uma real aplicação dela nas aulas em todos os níveis escolares.

A Lei 10.639/03 trouxe consigo as diretrizes curriculares que tem uma importância fundamental na temática como diz o próprio documento.

Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover a alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (DCN's. p.8. Brasília.2004)

Então o que estava sendo feito? O curso de promoção de políticas de igualdade racial na escola estava me dando elementos para questionamentos e reflexões. E o resultado deste questionamento veio na prática. Uma inquietação que me fez agir.

3.2 Transformando a prática pedagógica

A partir daí passei a introduzir novas posturas no meu jeito de conduzir as aulas e as conversas com os educandos. Sempre que tinha uma brecha, estava eu lá, falando do racismo. E fui percebendo que mesmo não se afirmando racista, tínhamos pensamentos, palavras, crenças que denunciavam sim um racismo velado, camuflado, mas contraditoriamente evidente.

Comecei a não permitir piadas com negros entre os alunos e no meu círculo familiar. Mas como não se permite? Chamando a atenção de quem fez a piada, por exemplo, perguntando a ele, se já pensou como se sente uma pessoa negra ouvindo tal piada? E isto só foi possível porque lancei novos olhares sobre algumas situações corriqueiras que revelavam discriminações e preconceitos, mas que muitas vezes eu deixava passar em branco.

Acredito que o meu reconhecimento enquanto negra, esta afirmativa, me ajudou muito também na relação com os meus alunos. Mostrei-os que ser de pele parda, não quer dizer que não é ser negro. E quando você faz isto, está abrindo possibilidades para reflexões. Provavelmente os alunos se perguntavam silenciosamente. “Como assim você negra? Mas você não é negra”. Então provoquei para abrir a reflexão. Mesmo na falta do diálogo, em alguns momentos, percebia a inquietação das pessoas de maneira silenciosa. Contribuindo para a construção da identidade do negro. Fui possibilitando a construção de um novo paradigma para a questão do preconceito e do racismo no ambiente escolar em que eu estava. Ter pele morena e se reconhecer negro é considerar a afro-descendência como influência marcante na sua vida, no seu jeito de ser, de viver. É não se envergonhar disto. Acreditei ser este um dos caminhos para a valorização negra.

A prática docente sofreu impacto a partir de então. A minha atenção para os tratamentos que os alunos davam aos colegas, ao jeito deles brincarem e às situações conflituosas, mas cotidianas de sala de aula, foi dobrada e passei a captar melhor todos os reflexos discriminatórios e preconceituosos. Referências pejorativas às meninas com cabelo crespo, por exemplo, que às vezes nos conflitos entre alunos se tornam xingamentos como “cabelo de Bombril” ou “cabelo duro” não mais passaram em branco, sem uma interferência minha. Através de questionamentos do tipo: “Dê uma olhada ao seu redor, você está vendo alguém parecido? Pois bem, dizia, somos diferentes e a diferença precisa ser respeitada. Todos temos características físicas comuns aos nossos antepassados, e todos somos seres merecedores de respeito. Perguntava também ao aluno, você gostaria de ser chamado(a) assim?”

Em todas as minhas interferências eu percebia que os alunos ficavam atentos às minhas colocações e concordavam comigo. Às vezes o próprio aluno que tinha feito o xingamento ficava com vergonha do que tinha feito. Eu sabia que assim, mexia com sua subjetividade, provocava sua sensibilidade e talvez, o aluno pensaria melhor antes de fazer novamente aquilo. Mas preciso admitir que, às vezes eu percebia também que aqueles xingamentos eram sempre repetitivos.

Naturalmente o professor não gosta de interromper sua aula para chamar a atenção, ou fazer qualquer intervenção quando está no meio de uma explicação, por exemplo. Mas é necessário. Comecei a interferir em momentos que percebia uma pontinha de preconceito racial. Por exemplo, falas como “aquele neguinho professora está mexendo comigo”, é muito recorrente entre os alunos. Interferia dizendo, “qual é o nome do seu colega mesmo? Falando assim você está sendo racista, sabia? Essas intervenções passaram a ser mais frequentes no sentido de reprimir o racismo e mostrar que somos todos dignos de respeito, apesar dos típicos físicos diferenciados, dos aspectos culturais e sociais diversos. A admiração por minha postura era evidente nas expressões faciais de alguns alunos. É como se eles nunca tivessem ouvido alguém chamar a atenção para aquela situação, tão corriqueira para eles. Mas em todas as situações conseguia chamar a atenção de toda a turma.

Nestas intervenções o conceito de raça foi muito importante. Sabendo que geneticamente falando, não há raça, mas que o conceito se constrói nas relações sociais e culturais, pude escolher melhor a abordagem que daria ao assunto com os alunos. Então optei por falar da construção social do ser humano e de suas contribuições para a sociedade, falando das diferenças que são inerentes às culturas e espaços geográficos diferenciados e realçando isto, como elemento diferenciador do ser humano. Acreditei que mostrando o ser humano,

enquanto único, mas fruto de experiências locais, culturais e sociais diversas, eles entenderiam que as pessoas são diferentes, mas com mesmos valores e que estaria também desmistificando o preconceito racial, que preconiza a existência de raças inferiores.

Penso que a forma como as informações culturais são passadas, exemplificadas e socializadas pela família e pelos professores na escola, é o que vai definir quais elementos vão compor a nossa subjetividade. Alguns professores se negam a trabalhar a temática relações étnico-racial, por profundo desconhecimento. Então não querem entrar num assunto que não dominam pois não conseguiriam dominar seus próprios preconceitos e indiferença.

Como vou entender e elaborar meu respeito e conceito com relação a este ou aquele sujeito cultural vai depender de quais elementos me foram dados para que eu processe a construção subjetiva. Então de certa maneira a sociedade vai sendo culturalmente formada com exemplos, análises, sínteses, etc. Neste sentido nos esclarece Gomes, 2005.

É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isto significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a pontos de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (2005, p.48)

Somos então socializados através de imagens que se formam no nosso pensamento a partir de conexões de pensamentos e exemplos que nos foram dados. Acreditando estar contribuindo para a construção de uma identidade racial positiva, pautada no diálogo e na aceitação de si mesmo e do próximo, continuei meus estudos e minha interferências na prática docente.

3.3 Valorizando a estética negra

A partir do conhecimento da construção do Estado Brasileiro, sua política, lendo documentos, vendo filmes e estudando textos, percebi que as políticas, os pensamentos e ideias levavam sempre para o favorecimento do branco em detrimento do negro. Escravizado o povo negro carregou a mácula da condição precária e subalterna, realçada pela ideologia de que o homem branco é melhor e seu comportamento é considerado como “normal”. Com o fim da escravização na sociedade brasileira não foi permitido a inserção do negro na sociedade tida como normal. Políticas como a Lei de Terras de 1850, entre outras, antes mesmo do fim da escravização, se incumbiram de segregar racialmente a sociedade. O negro não consegue sair da condição inferior que é colocado, e sua realidade torna-se cruel.

Em contrapartida, temos uma construção social na sociedade que nos mostra através da arte, da literatura a beleza brasileira, que o povo brasileiro é bonito, é misturado e harmônico. Dessa maneira inviabiliza qualquer questionamento sobre as diferenças sociais e raciais no país.

A partir desta constatação, passei a focar na valorização da estética negra. A mídia brasileira sempre colocou o negro numa condição de inferioridade em relação ao homem branco. Vendo as novelas e os protagonismos de brancos, percebemos que isto é evidente. Não há participação também do negro em quantidade proporcional à quantidade de afrodescendentes no país, nem em propagandas ou mesmo nos programas de entretenimento. Então acreditei ser importante mudar as posturas para que a valorização da estética negra fosse levada para o interior da escola. Então a valorização do negro e da beleza negra precisava ser iniciada imediatamente e logo preparei uma apresentação em powerpoint com imagens de pessoas negras, bonitas, bem alimentadas, estudando. Precisava desmistificar aquela imagem “feia” e pobre que se relacionava aos negros.

Se a sociedade estabeleceu um padrão de beleza, que corresponde com o tipo físico branco, cabelos lisos, apesar de boa parte da população brasileira não ter esse tipo físico, pois metade é preta e parda, portanto negra, acreditei precisar romper com estes estereótipos.

O professor é formador de opinião e nossas atitudes e palavras tem muito peso nas relações estabelecidas entre nossos alunos. Estabeleci como regra a partir de então manter esta postura de valorização da estética afro em oposição à valorização exacerbada do biótipo branco. E é incrível como aos poucos ficou perceptível os desdobramentos da postura docente. A beleza afro floresce e em contrapartida, o respeito vai sendo construído.

Apesar do processo de valorização ser lento, tem que ser constante e aliado a outras dimensões do aprendizado também. Quando conjugamos várias iniciativas a favor do fim dos preconceitos, como repressão às brincadeiras racistas, valorização da estética negra e conhecimento da história dos africanos e afrodescendentes estamos no caminho certo e mais cedo ou mais tarde colheremos bons frutos.

Certa ocasião fiz uma roda de conversa com uma turma do sexto ano que trabalhava. Perguntei se eles acreditavam na existência de racismo na nossa sociedade e questionei sobre o assunto. E todos se posicionaram como não racistas, mas alguns afirmaram a existência de racismo na sociedade brasileira. Esta foi a constatação da existência do racismo, porque o discurso da negação é próprio do racismo, que como já disse, se constrói também nestas bases. Ou seja, ao sermos questionados imediatamente não reconhecemos em nós mesmos o racismo.

Achamos que não fazemos diferença nenhuma e que não tratamos ninguém mal e que somos todos iguais. Mas ao vermos uma senhora negra com crianças de pele clara, logo pensamos que ela é a babá das crianças, e não a avó. Em contrapartida, conseguimos identificar o racismo na sociedade, porque vemos o negro numa situação de inferioridade de acesso a bens, escolarização, trabalho, etc.

Os alunos neste momento, conseguiram dar alguns exemplos, que foram amplamente divulgados pela mídia. Citaram o caso do goleiro que foi ofendido por uma torcedora branca. O caso também do torcedor que jogou uma banana no campo para um jogador negro. Percebi que eles reconheciam a existência do racismo na sociedade, mas negam em si mesmos

Quando comecei a utilizar exemplos mais reais e do dia a dia deles e fiz comparações perguntando para os meninos se escolheriam para dançar quadrilha, uma menina branca de cabelos lisos, ou uma menina negra de cabelos crespos e, todos afirmaram que prefeririam a menina branca, pois os cabelos lisos eram mais bonitos, mostrei para eles que aquela preferência deles era o resultado de uma construção social que nos fazia ver os estereótipos negros como inferiores e feios. Fiz lembrar as imagens dos africanos que tinha trazido noutra oportunidade e questionei-os sobre o que é belo e como construímos estes conceitos.

Usei de exemplos muito clássicos do cotidiano escolar. Mas pensei estar ajudando-os a quebrar paradigmas. Nesta oportunidade, continuei o assunto falando da diversidade das pessoas. Diversidade que abrange vários aspectos da vida. Aproveitei o ensejo para dizer os valores humanos, da construção destes valores e das diferenças culturais e sociais existentes. Disse que biologicamente somos iguais. Mas que pele nossas características físicas, somos identificados e classificados. Essa construção do conceito sociológico de raça é concretizada na dinâmica cultural da sociedade como nos diz a professora Laborne.

É na dinâmica das relações sociais que verificamos o conceito social da raça em funcionamento. Partimos então do pressuposto de que esse conceito, entendido como uma construção social, nos ajuda a compreender a complexidade das desigualdades construídas entre negros e brancos no Brasil. (Ana Amélia de Paula Laborne - Texto Base. Módulo I – Racismo e antirracismo, 2015)

Reforcei então a ideia de que temos características diferenciadas e que, nem por isto somos uns melhores que outros. A forma de viver, as características e possibilidades locais não

diferenciam e nos faz construir identidades diversas. Mas que isto não quer dizer a superioridade de uns sobre outros.

E como já adotava uma postura de valorização da estética negra em minhas falas e comentários, voltei a falar do conceito de raça, enquanto construção social e ideológica, ou seja, reforcei a ideia de que temos características diferenciadas e que, nem por isto somos uns melhores que outros. A forma de viver, as características e possibilidades locais nos diferenciam e nos fazem construir identidades diversas. Percebemos aí, a riqueza das experiências humanas que, nos mais variados locais do mundo se estabelece. E isto não quer dizer que há superioridade de uns sobre outros. Neste momento acredito ter aberto espaço para vários questionamentos e várias reflexões entre os alunos.

3.4 O racismo revelado

Noutra oportunidade passei um vídeo curta para os meus alunos, também do sexto ano do ensino fundamental, no qual tem uma criança chorando perto de um poste olhando para cima. De repente aparece um homem negro e sobe no poste para pegar o balão da criança que estava preso. Quando a mãe da criança se aproxima e, de súbito retira a criança com toda a pressa, como se ela fosse sofrer algo muito ruim e a estivesse protegendo. As reações foram diversas. Alguns falaram que era o preconceito contra o negro. Outros disseram que a mulher tinha medo de pessoas negras. Mas a maioria dos alunos reconheceu o preconceito da mãe da criança para com o homem negro. Quando perguntei o que eles acharam daquela atitude da mãe, alguns se calaram, outros disseram que foi feio o que ela fez. Não houve quem aprovasse a atitude da mulher.

Foi uma excelente oportunidade de discutir com os alunos a existência do racismo na nossa sociedade. Dizemos não ser racistas, mas as nossas atitudes dizem o contrário. Na ocasião aproveitei e pedi que os alunos escrevessem situações de racismo que tivessem sofrido ou presenciado. E me lembro que várias situações foram contadas. Foi um exercício de colocar o assunto em pauta. Me perguntaram: - “ professora porque você está falando tanto deste assunto”? Respondi que de um tempo para cá estava mais atenta à estas questões e então estava dividindo com eles minhas inquietações.

Outra experiência também foi bastante importante. Foi quando levei várias fotografias de personalidades brasileiras. Era comemoração de sete de setembro, e levando em

consideração a condição dada aos negros nos livros didáticos de história, os quais realçam a inferioridade negra, mostrando-os sempre como escravos, resolvi mostrar algumas personalidades da história do Brasil. Aí fiz xerox ampliado da fotografia de algumas pessoas importantes na história brasileira e de épocas diferentes. Mostrava-as aos alunos e eles iam dizendo se conheciam. Tinha fotos de Zumbi dos Palmares, de Tiradentes, Pedro Álvares Cabral, Chica da Silva e a de Machado de Assis, entre outras. Vieram as especulações sobre as imagens até que chegamos na foto de Machado de Assis. Disseram: - “Ele é negro professora”? E quando respondi que sim, vi nos olhos deles o espanto. Falei dos livros famosos que ele escreveu, dos clássicos da literatura, aproveitando para explicitar os conceitos. Na ocasião falei também de Zumbi dos Palmares e Chica da Silva, personalidades negras importantes na história afro-brasileira.

Foram várias ações pedagógicas intercaladas e concatenadas com o que eu estava estudando e discutindo nas aulas do curso (é importante citar no intuito de enriquecer a discussão). Sempre aproveitando as oportunidades para introduzir algum questionamento, alguma situação relacionada à temática.

3.5 Reconhecendo a Lei 10.639/03

Numa outra situação, conversei com alguns colegas professores na sala dos professores no tempo pedagógico na escola. Falei que eu era aluna do curso de promoção em igualdade racial e questionei se conheciam a lei 10.639/03. Pude perceber que muitos colegas não sabiam da existência desta lei. Expliquei, mas percebi que os colegas não entenderam muito bem como seria a implantação dela na escola. Acreditavam estar a lei voltada especificamente para os conteúdos de história. O que muito me admirou, pois a lei já existe a treze anos. A maioria dos professores ainda não se apropriou deste discurso e ainda não tem conhecimento suficiente para introduzir no seu cotidiano e na sua pedagogia, elementos que venham contribuir com sua implementação efetiva.

Eu precisaria de mais tempo para que pudessem compreender que não se tratava de conteúdo específico para professores da área de ciências humanas. Pela conversa, o que me pareceu é que para eles a lei veio para que os currículos de história fossem modificados e incluído o conteúdo sobre a história dos africanos e afrodescendentes somente. Não conseguiram perceber que o tema perpassava todos os conteúdos e devia ser um objetivo da escola toda e que devia constar no Projeto Político Pedagógico da mesma.

O Projeto Político pedagógico deve ser um instrumento de orientação e direcionamento das ações do coletivo da escola. Mas nem sempre percebemos que a sua construção envolve realmente este coletivo. No cotidiano da escola, não vemos acontecer momentos de formação e de construção do PPP, muito menos há envolvimento da comunidade neste aspecto. Este documento deve ser relevante nas escolhas feitas na escola, e não pode ser engavetado. As finalidades da educação, os objetivos e metas devem estar esclarecidas nele. Mas infelizmente, esta não é nossa realidade. Quando a escola tem um PPP, ele não é divulgado, não é renovado anualmente e na maioria das vezes está guardado e a comunidade não tem acesso a ele.

Em vários momentos da minha vida eu levei conhecimentos ou diálogos realizados no curso. Uma experiência marcante foi a descoberta da árvore Baobá. Me recordo que foi numa aula presencial e neste dia quem estava conduzindo a oficina estava caracterizado e dançou para nós, recitou poemas, falou-nos da árvore baobá e contou histórias de reis e rainhas africanas. Apresentou-nos um instrumento muito interessante, que produzia um som incrível. Foi uma experiência única. Neste dia descobri a musicalidade e sua importância para o africano e me identifiquei muito com tudo. Lembro que orientador da oficina disse sobre a importância de buscarmos nossas origens de conhecermos sobre nossos antepassados. Achei fantástico, e isto aguçou meu interesse.

Ao chegar em casa no sábado à tarde, após esta aula, fui logo conversar com uma tia mais velha para saber dela sobre os meus avós, sobre minha origem. E ficamos horas conversando, ela contando as histórias e eu impressionada, mas acima de tudo contente pelo momento e pelas descobertas. Lembro-me que aproveitei o ensejo e recontei a história de uma rainha africana que tinha sido trazida pelos navios negreiros, conforme tinha ouvido aquela manhã. Foi um momento único em família, recheado de sabedoria. Emocionante.

3.6 Projeto Africanidades

Desenvolvi também um projeto – denominado “ africanidades” - sobre a temática com os alunos de duas turmas do sexto ano do ensino fundamental no segundo semestre de 2014. A ideia foi ir trabalhando a temática de maneira ampla, utilizando para isto as três aulas de geografia e três de história por semana, que eu mesmo era a professora titular, por um período de 3 meses. Foi um tempo razoável, o suficiente para a implementação da Lei 10.639/03, pelo menos com estas duas turmas da escola.

Quando iniciei o projeto, estávamos ainda no começo do curso de especialização, mas muito já me estava sendo acrescentado com as atividades propostas. Eu já havia realizado o

teste do pescoço, muitas leituras e produções de texto, elaborado tirinhas e feito reflexões através de vídeos.

Fiz um planejamento envolvendo então as duas disciplinas visando estudar a parte geográfica do continente africano e a história da África e dos afrodescendentes também. Começamos a trabalhar em setembro para que a culminância ocorresse em novembro na comemoração da consciência negra.

Para a culminância combinei com os alunos que faríamos várias produções, através de desenhos, escritas e a produção de um portfólio para ser uma mostra da cultura africana e afrodescendente, no dia da consciência negra, comemorado na escola.

Iniciei o trabalho levando para os alunos o mapa político da África. Explorei as aulas de geografia aprofundei através de mapas para os alunos colorirem, mapas, imagens e foi importante o aprendizado proporcionado. A ideia era que eles fizessem o reconhecimento da África enquanto continente formado por vários países e, procurei enfatizar que cada país tinha suas especificidades e culturas.

Nesta oportunidade levei para os alunos trechos de documentos sobre as diferenças culturais, sociais e política das nações africanas. Também mostrei para os alunos umas imagens em powerpoint de cidades africanas e paisagens. Um dos objetivos da geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, é identificar os continentes e suas características. Então aproveitei bem a temática para isto. Foi muito interessante a reação deles ao ver imagens de algumas cidades africanas como Lagos, na Nigéria, Adis Abeba, etc., que mostrava o desenvolvimento da África. Ficaram admirados em ver o desenvolvimento no continente. Achei de extrema importância desfazer a imagem de pobreza que é passada do continente africano.

Quis mostrar aos meus alunos a diversidade africana e as coisas boas daquele povo. Juntamente com este trabalho foi solicitado a eles uma pesquisa sobre os países africanos. Depois de pronta as pesquisas, elaboramos fichas com os países e suas respectivas bandeiras.

Durante um dos cursos de formação continuada que realizei, de curta duração, ofertado pela secretaria de educação de Contagem, tive acesso através da professora Rosa Margarida, escritora e militante no movimento negro, a um teste da África. Refere-se a uma folha que tem umas vinte afirmativas sobre os povos africanos e sobre o continente África. É um excelente instrumento de verificação dos seus conhecimentos sobre o continente africano. Neste é afirmado, por exemplo, que muitos africanos são políglotas; que a África precedeu a Europa no

uso de roupas; que se forma neve no continente africano; que o europeu foi quem levou a civilização para o continente africano, entre outras questões. Na frente das afirmativas eles colocaram V de verdadeiro ou F de falso. Depois, logo que terminam foi feita a correção com os alunos. As reações dos alunos foram diversas. Os alunos ficaram admirados de saber que há neve no continente africano, que os africanos usaram roupas antes dos europeus, etc. E acredito que a maioria conseguiu perceber que tinha alguns pensamentos equivocados com relação à África.

Depois deste momento trouxe um texto sobre o povo brasileiro e falamos a importância do povo negro para a formação da nossa cultura e sociedade. Os alunos tiveram oportunidade de estudar e investigar elementos presentes na nossa cultura que são de influência negra africana, indígena e portuguesa. Questionei-os sobre qual contribuição cultural tivemos dos negros africanos. É lógico que não faltou como resposta a capoeira e a feijoada. Mas outros elementos como as religiões de matriz africanas, não foram dadas como exemplos por nenhum dos alunos. Acredito que é em função do preconceito que se tem sobre o assunto.

Aliás quando o tema é religiosidade de matriz africana é bastante difícil conseguir levar uma conversa com os alunos, sem interferências constantes. Esta é uma dificuldade do professor de história. Estas interferências ocorrem porque quando o assunto é candomblé, sempre acaba repercutindo em piadinhas, gozações. O termo macumbeiro aparece logo e com um ar de coisa ruim.

Mesmo assim, o professor precisa adquirir conhecimentos e não pode perder as oportunidades de trabalhar religiosidade, driblando as dificuldades. Há uma real necessidade de se trabalhar as diversas características culturais dos povos da humanidade, sem distinção e preconceito, é papel do historiador.

Levei textos sobre o candomblé e sobre os orixás, que retirei da internet em sites específicos sobre o assunto. Estes textos explicavam e caracterizavam a religião de matriz africana. Fizemos leitura dos textos, expliquei fazendo comparações sobre rituais de outras religiões também. Mas de tempo em tempo vinha uma piadinha. E administrar aquela situação, confesso, não é fácil. Mas tentei.

Teve em especial um momento que gostaria de relatar de maneira mais detida. Logo que comecei a falar do candomblé e apareceu a palavra macumba, as risadinhas e gozações começaram, eu resolvi então fazer uma brincadeira com a turma. Quando começaram a falar em macumba eu disse alto e em bom som: -“ eu sou macumbeira”. Só vi os olhos arregalando.

As gozações aumentaram e custei para conter a turma. Mas acredito que valeu a intenção. Depois que acalmei todos, fui explicar para eles o que era macumba. Disse que era um instrumento de percussão e levei uma foto do instrumento para que eles apreciassem. Me expliquei dizendo tocar o instrumento e que o termo macumba sempre era relacionado às religiões do candomblé e da umbanda é que na verdade não tinha nada a ver. Foi um momento muito polêmico. Mas quebrei o gelo e acredito ter despertado algo nos alunos. Acredito que professor é formador de opinião e que às vezes precisamos radicalizar para quebrar preconceitos. A disciplina história ocupa muito este papel de questionadora e tenta nos colocar num outro lugar que não seja da normalidade.

Continuando o assunto religiosidade, usei uma estratégia que foi mostrar a diversidade enquanto natural do ser humano. Enfatizando que as crenças diferentes, fazem parte da sociedade que se constrói, bem como suas mudanças que também são diferenciadas. Mas com certeza o assunto ainda é um grande desafio para o professor.

Outra abordagem de estudo que realizei foi sobre a vida os africanos antes de serem trazidos para o Brasil. Trouxe um pequeno texto de história, compatível com os anos iniciais do ensino fundamental e li histórias de reis e rainhas, resaltei características importantes da cultura africana, como a importância que davam para a família e o quanto recebiam bem em suas casas. Tentei fazer com que percebessem que todos os povos contribuíram para a construção do nosso país e que todos tiveram sua parcela de importância na nossa formação. Alerttei-os de que a suposta inferioridade compulsoriamente relegada aos negros por causa da escravidão, não invalidava suas vidas e formas de viver anteriores ao sistema escravocrata. Falei também que precisávamos mudar nosso olhar e enxergar os negros como seres de valores e conhecimentos. Disse-lhes que a história até então não tinha dado o valor merecido aos africanos e que tínhamos de fazer isto daqui para frente. Segundo Munanga:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isto mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. (1986, p.9)

Ao se encontrarem historicamente negros e brancos não se reconheceram com mesmo valor e ideias. Então tinha certeza da necessidade de exaltar a ideia do negro enquanto conhecedor de várias técnicas e enquanto homem sábio de inteligência e valores morais. Por

várias vezes percebi o interesse e o desprendimento de alguns alunos, por estar ali ouvindo sobre seu povo.

No decorrer do curso, foram trabalhados conosco vários conceitos e levei-os para a sala de aula também. Fiz um jogo de nomes ou conceitos e significados relacionados à temática. Coloquei no jogo termos como preconceito, racismo, movimento negro, multirracial, negro, afrodescendente, entre outros. Eu coloquei no quadro branco espalhado as fichas, feitas em papel ofício A4, contendo os termos e os significados. A disposição das fichas era bem embaralhada. No primeiro momento fizemos a leitura das fichas. Primeiro os termos e depois os significados. Logo em seguida aluno a aluno tinha a sua vez de escolher um termo e ler qual seria o significado dele. Foi uma brincadeira interessante e educativa ao mesmo tempo. Após este momento, na aula seguinte os alunos anotavam os termos e seus devidos significados no caderno.

Além destes trabalhos, fiz com os alunos também a árvore genealógica. Cada aluno ganhou uma árvore para preencher com os nomes e a raça dos pais, avós, bisavós. O resultado me chocou um pouco numa das turmas. Uma grande maioria não conseguiu completar a árvore, por desconhecer seus antepassados.

O papel da disciplina história neste aspecto é de extrema importância. A identidade do indivíduo se faz a partir do conhecimento que este adquire sobre o seu passado e seus antepassados. Então realizar uma atividade desta natureza, é a confirmação deste caráter identitário, da disciplina. E construir a identidade é sem dúvida um dos objetivos da história, que busca conhecer e reconhecer o sujeito como artífice da sociedade e da própria história. As características sociais se concretizam com as ações humanas diferenciadas, conforme cultura e espaço geográfico. Quem somos e o que fazemos de nossas vidas, está intimamente ligado à herança que recebemos desta sociedade. Reconhecer nossa existência dentro de um círculo mais amplo de vida que se entrelaça, é compromisso da história também.

Mas infelizmente muitos alunos não conseguiram as informações para completar a árvore genealógica, por desconhecimento mesmo das famílias, pois esta foi uma atividade realizada em casa com a família de cada um. Isto me causou admiração e tristeza.

Então, pedi que fizessem uma observação atenta dos colegas em sala. Que observassem as características e percebessem que somos fisicamente diferentes e portanto, com heranças diversas. Tentei valorizar o indivíduo enquanto pessoa, ser humano e sujeito da história. Após

as colocações solicitei um texto sobre a origem étnica de cada aluno, com base nos dados da árvore genealógica preenchida.

Em outra ocasião em passei o filme *Vista Minha Pele*, é um curta muito interessante que faz uma inversão dos papéis de brancos e negros na sociedade brasileira. Após o filme houve um debate com os alunos e as impressões foram várias. Alguns alunos ficaram confusos com aquela inversão. Outros perceberam bem que os papéis estavam trocados. A maioria mesmo queria saber o resultado da eleição da venda de votos na escola fictícia. Mas oportunidade de reflexão sobre o negro na sociedade brasileira.

O projeto foi uma excelente oportunidade de trabalho com os alunos. Ao mesmo tempo que consegui trabalhar a temática igualdade étnico-racial, foquei no conteúdo das disciplinas de geografia e história também, aliado ao conhecimento da África e dos afrodescendentes.

4 – ANÁLISE CRÍTICA DOS RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

A invisibilidade da temática foi uma constante durante muito tempo. Lembro-me que antes da promulgação da Lei 10.639/03, nem os cursos de graduação nas faculdades de Ciências Humanas, ensinavam sobre a verdadeira história dos africanos e dos afrodescendentes. E isto foi parte de uma política do Estado brasileiro e foi construção ideológica social também, da qual contribuíram a arte, a literatura, como nos falou a professora Laborne (Texto Base 1 – Módulo I Racismo e antirracismo) quando diz que produções como a de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (1933), fundamentam a valorização positiva da mestiçagem brasileira, encarada como prova de caráter pacífico e conciliador. Era preciso fazer com que o povo brasileiro pensasse assim, para que não houvesse questionamentos e de certa forma ficasse camuflado as desigualdades de tratamento dada aos negros.

Com tudo isto, as relações estabelecidas foram marcadas pelos preconceitos e discriminações de várias ordens.

Tantas foram as lutas empreendidas pelos movimentos negros, como a formação de grupos de apoio ao negro como foi o Teatro Experimental do Negro. Além de encontros nacionais e fóruns que discutiam a questão racial, como foi o I Encontro Nacional de Entidades Negras em São Paulo em 1991. Estes vários movimentos resultaram na aprovação da Lei 10.639/03 e no Plano Nacional de Diretrizes Curriculares para a Educação Étnico-raciais. E sua legitimidade e importância é reconhecida, como nos dizem Abramowicz e Gomes, pelos professores.

As vivências, as dificuldades, as tentativas, os avanços as reflexões presentes nas narrativas dos professores e das professoras entrevistados revelam que todos/as reconhecem a importância da Lei 10.639/03 e da diversidade étnico-racial no cotidiano da escola e tentam de alguma maneira realizar atividades que contemplem essa discussão, mas nem todos/as conseguem inseri-la de forma sistemática na sua prática pedagógica. (2010.p.62)

Os primeiros momentos de aprendizado e reflexões do curso foram de extrema importância para minha formação enquanto docente e cidadã. Foi uma oportunidade de então começar a fazer a diferença. Até então eu não sabia como agir quando ouvia coisas do tipo: “somos um povo multirracial”, “somos todos iguais” Não há racismo no Brasil”.

Com as reflexões propostas passei a entender que, culturalmente, foi construído uma ideia de igualdade de tratamento e inexistência de racismo, mas que a verdade era outra. Então acreditei ser de extrema importância discutir o racismo. Colocar em pauta o assunto sempre que a oportunidade surgia. Com esta postura fui levando para os meus alunos e pessoas da minha convivência novas ideias e fazendo-os a pensar em situações que até então, não tinham pensado. As mudanças que fui trazendo para a minha prática pedagógica vinha ao encontro com uma necessidade de criar, a partir da constatação da existência do racismo, na sociedade, atitudes que fossem capazes de combater toda e qualquer manifestação de racismo e discriminação. E acredito terem sido as ações de extrema importância, pelo menos para dar visibilidade ao tema. Não é comum o professor levar certos debates para a sala de aula. Ainda mais em se tratando da educação básica, nos seus anos iniciais. E é um erro tremendo. Há de se questionar e ensinar a questionar para que se aprenda a ver o diferente como igual. Enquanto educadores temos esta responsabilidade e podemos contribuir muito com a construção da aceitação do negro enquanto tal.

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal. (Munanga, 1986, p.32)

Então, o resultado dos momentos de debates, de discussão, de análise de vídeo ou até mesmo de fotografias, em sala de aula, é sem dúvida o aprendizado ou a construção dele.

Quando passei a me considerar negra, e a dizer isto aos meus alunos, estava fazendo uma provocação. Mas por que? Porque a maioria das pessoas na nossa sociedade que tem a pele parda ou morena, não se autodeclararam negras. E como o movimento sempre foi o contrário disto, pensei estar mostrando, através do meu próprio exemplo, que não havia problema em ser negro. Que negro é diferente fisicamente, mas que tem os mesmos direitos e deve ter reconhecido o seu valor, igualmente do branco e de outras etnias.

E qual foi o resultado disto? Percebi o espanto nas afeições de alguns e nenhum estranhamento em outros. A sensação que tenho às vezes é que alguns realmente me acham meio maluca, por fazer tal afirmação. Mas para além destes pensamentos sabia que tinha muito trabalho pela frente. Que deveria rever as várias maneiras de agir e adotar uma postura mais sem preconceitos.

Aliás, para além da postura em sala de aula, pensava na necessidade de se construir atitudes e ações coletivas, pautadas num projeto maior da instituição escolar, como prevê o

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, depende do entendimento de que todos os(as) alunos(as) negros e não negros, bem como seus professores(as), precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (MEC, BRASIL, 2013, P. 16)

Quando o professor aborda sujeitos culturalmente diferentes e os coloca em situação de igualdade com os demais, ele está educando para o respeito às diversidades. Mas não podem ser ações individuais e para alguns professores somente. Neste processo de educação para as relações étnico-raciais é necessário um envolvimento maior de todo o coletivo. É necessário que o PPP da escola esclareça e detalhe sobre o tratamento que deve ser dado à temática na escola. A construção de uma sociedade mais justa depende também disto.

Vivemos numa sociedade onde a elite branca criou estratégias de valorização do branco e de subalternização do negro. E sutilmente foi-se instalando dentro do brasileiro, preconceitos com relação ao negro. Um exemplo disto é a maneira como as mulheres mulatas e negras foram tratadas e vistas historicamente. Os romancistas brasileiros exemplificaram perfeitamente em seus textos, esta ideia pejorativa criada para as mulheres negras que sofriam e eram vítimas de muito preconceito. Na passagem abaixo do livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, há uma expressão do modo de percepção das mulatas:

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda da mulher loura, limitada às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca pra casar, mulata para f....., negra para trabalhar (Freyre, 2006, p. 72).

Este exemplo nos faz refletir sobre a construção do racismo na sociedade e a legitimação dele pelas artes, literatura, etc. Por vivermos numa sociedade onde muitas ideias equivocadas sobre o negro foram introjetadas na nossa subjetividade, há uma enorme dívida com este povo negro, do qual faço parte, no resgate dos direitos e das possibilidades. Direitos como o da educação que foi negado durante décadas, além de outros direitos sociais básicos, o trabalho digno, entre outros.

Entender isto é mudar de postura em sala de aula, valorizando a estética negra, estudando as realizações e feitos dos negros na sociedade brasileira, contando a real história das resistências negras e dos inúmeros movimentos sociais que lutaram e lutam pela igualdade de oportunidades. Mas fazer isto não é fácil. Muitos colegas professores ainda não conseguem enxergar a existência do racismo entre nós. Negam porque não pararam para pensar que ele está aí vivo nas nossas ideias, nos pensamentos e atitudes. Não acredito que achem normal a mulher negra ser vista enquanto objeto sexual, entre outras situações que denunciam o racismo. Então, por que insistem em negar? Porque precisam ser ensinadas a pensar sobre isto. Parece absurdo, mas não é. Para que as pessoas se acostumem a pensar sobre alguma coisa, elas precisam ser impelidas a fazer. A mídia faz isto com a gente o tempo todo.

Um processo educativo, há de ser primordial. Com a participação de várias ações políticas e envolvimento de muitos atores da sociedade civil, para que se avance nas discussões sobre as relações étnico-raciais. Há a responsabilidade dos veículos de comunicação, dos governos, das instituições civis da sociedade, etc. A escola é apenas um destes atores que tem um papel fundamental neste processo de reeducação para as relações étnico-raciais conforme diz o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

No ensino fundamental, o ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Este vínculo precisa estar pautado em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Nesse sentido, a Educação das Relações Étnico-Raciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político-pedagógico das escolas. (MEC, Brasília, 2013, p.50)

Quando levei para sala de aula o questionamento sobre a existência do racismo, a primeira impressão que tive é de estranhamento, isto por causa das expressões faciais e de algumas falas. Com a insistência do assunto, vai-se vencendo as barreiras pelo pensamento. Eu cheguei a ouvir em sala de aula: - “este assunto de novo”? E como esta temática está sempre por conta do professor de história e geografia, raramente professores de outras disciplinas se interessam, mais um motivo para que o aluno questione sob a importância de se discutir.

Por isto acredito na necessidade da universalidade do tema no cotidiano da escola. Precisamos criar mecanismos para dar visibilidade ao assunto e para tirá-lo do lugar onde ele está: que é exclusivamente para os professores da área de humanas. Até mesmo a gestão escolar, às vezes direciona a sua fala ou até mesmo as atitudes, ou seja, os recados ou os materiais que

chegam na escola, referentes à temática, para aqueles mesmos professores que são considerados “engajados” na temática étnico-racial.

Todos temos que nos engajar na temática. É uma questão social e educativa para além dos conteúdos específicos. Trata-se de discutir as relações estabelecidas entre alunos e alunos, professores e alunos, alunos e professores e demais. Em pesquisa realizada com professores da educação básica relatada no livro *Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*, os próprios docentes chegam à conclusão que:

Diante de tais lacunas os/as professores/as entrevistados/as relataram a importância de projetos de extensão supracitados como iniciativas eficazes a mudar sua percepção sobre a questão da diversidade étnico-racial e do racismo no Brasil e na educação. Indicaram que iniciativas como essas deveriam ocorrer em outros espaços educativos e incorporar outros docentes. (ABRAMOWICZ e GOMES, 2010, p. 65)

Precisamos levar ao entendimento que a temática é necessária e de real valor e deve estar inserida num projeto maior de governo, para que seja ofertada formação a todos os professores de maneira ampla. Precisamos entender que a luta pelo fim das desigualdades raciais é de todos e não de alguns como nos esclarece o texto das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais:

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo” (Brasília. 2004. P.8)

Está posta a responsabilidade de todos pelo fim das desigualdades raciais. Dessa maneira, as percepções, ações, argumentos utilizados na docência, podem desconstruir muitos dos preconceitos existentes, ainda após anos de luta dos movimentos negros, pelo fim deles.

Falar em eliminar preconceitos é dizer também desta necessidade de promover formações mais amplas dentro da escola para todo o coletivo. Criar situações em que o coletivo inteiro faça discussões e reflexões. Muitas situações de discriminações ainda persistem no

interior das escolas, é por falta de conhecimentos e aprofundamento das discussões com relação à esta temática.

Quando o professor leva para os seus alunos textos que valorizam a história africana, ou levam imagens para desmistificar o que está cristalizado na subjetividade de cada um, como por exemplo, a inferioridade do negro, do continente africano, está abrindo espaço para que novas ideias e novos conhecimentos surjam e em contrapartida diminua os preconceitos. Segundo Abramowicz e Gomes

As ações supracitadas por si só revelam que, apesar dos limites e das dificuldades, o processo de formação continuada para a diversidade étnico-racial atuou como elemento propulsor de mudança de postura dos professores/as que dele fizeram parte. (2010, p. 65)

Me lembro perfeitamente que o meu trabalho em sala de aula chamou mais a atenção dos alunos. Trabalhava com turmas com disciplina bastante complicada. A partir do momento que comecei a falar da história dos negros e afrodescendentes, levar imagens, contar histórias, etc., numa sala onde a grande maioria era afrodescendente, fui elevando a autoestima deles. Isto foi muito perceptível.

Acredito que mudar o foco da história afrodescendente é mudar o jeito de explicar esta história. Aliás as ciências humanas são privilegiadas neste sentido. Tanto a geografia quanto a história enquanto disciplinas do currículo básico comum, são verdadeiros instrumentos de transformações na maneira de pensar do nosso aluno e educando. Quando levei conhecimentos geográficos sobre a África para os meus alunos, tive oportunidade de fazer a abordagem de maneira inclusiva, quebrando paradigmas e estigmas como o da pobreza do continente.

Com a história, não é diferente. Através das oportunidades de aprendizado que me foram proporcionadas pelo curso EPPIR, pude mudar muito o meu jeito de levar o conhecimento histórico. Um exemplo disto está no próprio vocabulário usado em sala de aula. O sentido de certas palavras faz toda a diferença no entendimento que o aluno terá, ou poderá fazer do que se está falando. Usar por exemplo, “o escravizado” ao invés de “o escravo”, muda a interpretação e a condição social do indivíduo. São sutilezas que têm muita importância. Na educação de maneira geral precisamos tomar muito cuidado com algumas sutilezas, como esta, que estão carregadas de estigmas e negação.

Experimentei estas experiências nas minhas aulas. Quando passei a usar o termo escravizado ao invés de escravo e, passei a explicar a diferença da colocação, percebi que estava historicamente “pagando” uma dívida com nosso povo negro e sua história. São ações sutis,

mas que fazem a diferença no aprendizado e na subjetividade que cada um constrói em si. Percebe-se que está fazendo um movimento contrário àquele que mostrava sempre o negro enquanto desfavorecido, fraco, indolente e numa situação muito inferior, com poucas realizações, etc.

O resultado disto tudo foi percebido claramente e, principalmente nas alunas negras. Elas começaram a soltar mais o cabelo. A fazer penteados diferentes. Eu elogiava, mas aproveitava o ensejo e dizia da importância de se respeitarem, de respeitarem seu corpo, avaliei que o momento também era propício para estas colocações. Ao que me parece as meninas têm despertado, muito cedo a sensualidade e a sexualidade e eu não podia deixar passar em branco, sem focar nesta valorização feminina também, baseada em princípios morais.

Durante o curso vivenciei outros momentos muito especiais, merecedores de destaque e análise. O seminário foi um destes momentos. Naquele dia a minha sensibilidade foi tocada, quando nos foi apresentado um instrumento com um som muito interessante, chamado gunga. Estávamos com os olhos fechados, ouvindo aquele som, pensei nos meus alunos e no quanto eu poderia enriquecer também as minhas aulas, contando aquelas histórias, tentando construir com eles os instrumentos. Mas a realidade da sala de aula às vezes é tão conflitante que quando estamos lá no dia a dia, nos perdemos no meio de tantas outras questões, e não conseguimos colocar em prática tudo o que idealizamos.

Nossos alunos têm muitas carências que não são atendidas. O professor acaba exercendo vários papéis, não é somente professor e mediador do conhecimento. O próprio sistema econômico e social ao qual estamos inseridos, é perverso e excludente. Recebemos crianças com vários problemas sociais: lhes faltam afeto, alimentos, cuidados, educação, limites, etc. Essas questões afetivas, de subnutrição, as necessidades relacionadas à saúde, acabam sendo grandes entraves para a eficiência do trabalho do professor.

O planejamento nem sempre é colocado em prática, da maneira como deveria e precisaria ser. Este é atualmente o maior desafio das escolas públicas brasileiras. A estrutura social, moral e afetiva dessas crianças precisa ser trabalhada através de uma política pública mais inclusiva. Enquanto houver tanta desigualdade na distribuição de renda no nosso país, pouco avançaremos na real qualidade na educação.

Muitas vezes a realidade é tão dura, a falta de estrutura destes alunos é tanta que o docente fica numa situação bastante complicada e sem escolha. As prioridades aprendidas no curso de licenciatura na universidade acabam ficando para segundo plano. Já desviei do assunto

planejado para uma aula, várias vezes, para conversar com a turma sobre o tratamento que devemos dar às pessoas e em especial aos colegas de classe, já falei sobre higiene do corpo, entre outras questões, às vezes muito mais urgentes e gritantes que não cabe agora a exposição.

A falta de recursos que vitimiza boa parte das famílias dos nossos alunos, nas periferias das grandes cidades, repercute na alienação e na não observância dos reais objetivos da escola, da educação. Não é fácil admitir que a maioria dos pais veem a escola como aquele lugar onde vão deixar os seus filhos quando vão trabalhar. Não demonstram respeito pelos professores e profissionais da educação, não demonstram interesses em participar das reuniões, etc. Não acompanham o desenvolvimento das crianças, pois deixam de comparecer às reuniões quando convocados. Algumas vezes ouvimos da própria família: - “Não sabemos o que fazer com ele”. Isto denuncia a incapacidade da família em lidar com a educação e a formação escolar das crianças ou jovens, que desorientadas, não conseguem enxergar a escola, enquanto caminho para um futuro melhor.

Contudo, estas são as características de boa parte dos alunos que recebemos e com eles temos que trabalhar. Talvez, por isto, acabei não encontrando espaço ou motivação para realizar algumas atividades que tinha em mente e a princípio ficaram somente no plano das ideais, não sendo concretizadas. A certeza é que a partir do curso do EPPIR, e do que me foi proporcionado de conhecimento e de reflexões, minhas aulas ficaram mais prazerosas e acredito ter aprendido muito.

Quando eu iniciava uma fala, sobre a temática, logo percebia o interesse dos alunos. Muitos queriam participar, dizer de suas experiências e realidades, dar depoimentos. Outro ponto positivo do meu trabalho foi que também consegui produzir alguns materiais diferenciados em formatos de jogos, de placas coloridas, a partir disto a aula ficava mais lúdica e menos monótona.

Outra avaliação interessante sobre o trabalho com a temática, na escola, é que o tema “Consciência Negra” ainda não está introjetado no currículo escolar de forma consolidada. Tirei esta conclusão percebendo que, os projetos desenvolvidos na escola para culminância no vinte de novembro, dia da consciência negra, não necessariamente tinham relação com a comemoração. E isto foi a maior prova deste desinteresse, desinformação sobre a importância da temática no cotidiano escolar.

Outra crítica é que os trabalhos com os alunos acontecem, mas a maioria deles não envolve a coletividade de professores. Sempre são os mesmos professores que tomam a

iniciativa de trabalhar o tema. No meu caso não foi diferente, a maioria das atividades foi iniciativa isolada e outros poucos aderiram.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação foi de extrema importância para o meu desenvolvimento profissional. Ganhei mais autonomia, mais criatividade, mais confiança para trabalhar a temática e mais que isto, consegui me identificar muito com todo o conhecimento que fui adquirindo.

O resultado disto não podia ser diferente. Me sinto mais engajada na luta pelo fim das desigualdades raciais e sociais. Consigo lançar novos olhares para os meus alunos, apesar de toda a situação de carência que os envolve e vislumbrar novas possibilidades de inserção através do conhecimento que gera mudanças no comportamento.

Sinto-me muito gratificada pela oportunidade de crescimento que almejei com esta formação. Digo não só no âmbito profissional como também no pessoal. Enquanto filha de uma sociedade excludente e racista, pude estar cara a cara com os meus estigmas e preconceitos. Então pude questioná-los, enfrentá-los para aí sim tentar combatê-los.

Tenho consciência de que a luta é grande neste sentido, e que muito tem sido feito nas últimas décadas na tentativa de aumentar a igualdade de tratamento a todos e todas. Mas as responsabilidades se dividem e, toda a sociedade precisa refletir nas posturas e atitudes tomadas. Enquanto docentes, gestores, sociedade civil, governo, movimentos sociais, etc., temos avançado rumo a uma sociedade mais justa e menos preconceituosa. A certeza disto está nas políticas públicas voltadas para a temática racial, no trabalho que cotidianamente tem sido feito nas escolas, pelos movimentos sociais engajados na luta, etc. A médio e longo prazo alcançaremos uma sociedade com mais igualdade de oportunidades para todos.

Na minha prática pedagógica, foco do estudo neste trabalho, penso em propor formação continuada e coletiva para toda a equipe escolar, sobre a temática. E de maneira sistemática levar reflexões que venham somar pelo fim dos preconceitos e de novas relações étnico-raciais na escola. Assim, envolvendo um maior número de pessoas, podemos não só melhorar a participação nos projetos da escola, como também melhorar as relações étnico-raciais no interior dela. Acredito que nós professores, temos um papel fundamental nisto.

Muito de conhecimento me foi ofertado e muitas reflexões proporcionadas. Termino o curso com a certeza da importância de uma vivência cotidiana mais inclusiva e menos preconceituosa. Certamente, serei elemento propulsor das discussões sobre as relações étnico-raciais nos espaços por onde passar para exercer a minha prática pedagógica e na minha vida pessoal enquanto cidadã de uma sociedade.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.62,65.

2- BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006. P. 72.

3- JACCOUD, Luciana Ramos de; BEGHIN, Nathalie; IPEA. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. p. 33, 34.

4- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986. p.9.

5- SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990 , p.5.

6- PLANO nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, [2004]. P.50.